

Neste último trimestre de 2009, o balanço sobre a situação econômica do Brasil tem oscilado entre o otimismo exagerado e as previsões menos animadoras. A reação do Brasil à crise econômica mundial, foi favorável à manutenção do equilíbrio macroeconômico conseguido no decorrer de 2008, o que resultou no trimestre terminado em setembro em um crescimento 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) maior que o dos países desenvolvidos, bem como a diminuição na vulnerabilidade da economia interna e a reversão do quadro de crise.

No entanto, a divulgação do crescimento de 1,3% no terceiro trimestre causou a revisão das expectativas para o crescimento do PIB em 2009, desde que as estimativas eram de elevação superior (entre 1,6% e 2,9%), tendo em vista o aumento do consumo no final do ano. Para que o PIB alcance crescimento zero em 2009 seria necessária uma expansão de 5% no quarto trimestre deste ano e para que cresça 1% no ano, a economia precisará avançar 7,6% no quarto trimestre, o que é considerado impossível. Alguns analistas que refizeram suas previsões consideram um comportamento do PIB que se situará entre alta de 0,2% e retração de 0,4%. Para 2010, a projeção deve subir de 4,8% para 5% a 5,5%.

Do ponto de vista fiscal, em outubro houve uma melhora pouco significativa (0,5%) na receita do governo desde que agravamento da crise derrubou a arrecadação federal por 11 meses consecutivos, mas não deve ser suficiente para cumprimento de meta fiscal para este ano e para 2010. Nos primeiros nove meses do ano, a receita caiu perto de 8%. Do lado do gasto público observa-se uma alta prevista de permanecer no ano eleitoral de 2010, o que criou o temor de que um aumento do deficit federal seja capaz de alimentar a inflação, forçar uma alta dos juros e prejudicar a retomada do crescimento da renda do país. Esta piora das contas fiscais foi justificável num momento de recessão, pela derrubada do consumo e dos lucros mas também devido às medidas de desoneração do governo para estimular as vendas.

Com a crise internacional, a queda do PIB concentrou-se nos investimentos e no comércio exterior. O consumo presente das famílias pouco sofreu. Mas o futuro depende do investimento hoje.

No terceiro trimestre de 2009, a taxa de investimentos brasileira subiu para 18%, depois de ter caído para 16% nos dois trimestres anteriores, após o pico de 20% no terceiro trimestre de 2008. Porém esta taxa ainda se encontra em um patamar consideravelmente inferior à necessária (25%) para que o país retome níveis efetivos de desenvolvimento. Com a crise, o dado acumulado em quatro trimestres está agora em 17%, mas o número do terceiro trimestre pode indicar a volta da tendência de elevação.

O movimento da bolsa de Valores, em investimentos estrangeiros, que havia registrado recorde em outubro, mostrou queda em novembro queda de quase 80%, devido à taxação das operações da bolsa. Desde o final de outubro o governo está taxando as aplicações estrangeiras no mercado financeiro nacional, seguindo o objetivo de conter a entrada de dólares no país e ainda evitar a queda maior da moeda norte-americana, o que preocupa principalmente os exportadores. O país vai terminar o ano de 2009 com um dos maiores volumes de entrada de dólares no mercado financeiro.

Por conta do real forte, a *Indústria vem aproveitando para importar mais insumos para a produção* e com a economia retomando as atividades no trimestre anterior, as importações bateram o recorde mensal do ano em outubro, o que contribuiu para que o saldo comercial registrasse no mês passado o menor resultado mensal em 2009, pois nesse cenário, a indústria, sofre para exportar com o real valorizado. O aumento das importações reduziu o impacto do crescimento das exportações para EUA e América Latina. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, embora mostrando que o superávit comercial acumulado até outubro superou o obtido no mesmo período de 2008, a corrente de comércio do Brasil com exterior ainda é 26,8% menor que a de 2008.

Entre as exportações brasileiras, as vendas de produtos industrializados tiveram uma queda acumulada de 24,1% de janeiro a setembro deste ano na comparação com o mesmo período de 2008, enquanto as vendas externas totais do país recuaram 18,5%. Isto foi devido ao encolhimento do mercado

consumidor em outras nações, devido à crise econômica global, e também, à apreciação do real em relação ao dólar neste ano, a valorização chega a 26,43%.

Com relação específica à produção da indústria, os técnicos da Confederação Nacional da Indústria do país avaliam que a queda de 6,9% do PIB industrial no terceiro trimestre do ano, frente a igual período de 2008, traz sinais de uma retração mais intensa do que a esperada. A Formação Bruta de Capital Fixo continuou a se elevar, o que confirma as estimativas de retomada do crescimento industrial.

Pesquisa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)) mostra que as consultas de financiamento ao banco dispararam nos últimos meses, indicando a intenção de retomar a realização dos investimentos, particularmente entre os segmentos têxtil, de alimentos e bebidas e a indústria mecânica, que abrange bens de capital e autopeças, entre outros, depois de desovarem seus estoque. Os bens de consumo duráveis (fogão, geladeira e veículos) atingiram 90,1% do uso da capacidade instalada e o de material de construção chegou a 89,1%. O direcionamento dos investimentos industriais visa basicamente a compra de máquinas e para a construção de novas plantas. Este setor de bens de capital teve primeira expansão trimestral em um ano no 3º trimestre e indica o desempenho previsto da indústria para 2010, pois está ligado à retomada dos investimentos.

Porem, na indústria como um todo, apesar de nove altas consecutivas no acumulado do ano, cresceu apenas 14,6% entre dezembro de 2008 e setembro de 2009. As consideráveis perdas de setembro a dezembro de 2008 foram de 19,8%, e para retomar o patamar anterior à crise internacional o setor precisaria ter crescido quase 25% e a produção ainda é 7,8% inferior à de setembro do ano passado. No entanto, após dois meses de recuperação, a indústria brasileira de máquinas e equipamentos sofreu novo revés em outubro com a queda do faturamento, que ficou 10% inferior ao de setembro, devido principalmente ao segmento de bens sob encomenda, que mostrou queda de 36,2% no faturamento no período.

Com relação ao consumo das famílias, que cresceu 2% no terceiro trimestre do ano, os analistas destacam que essa alta demonstra a continuidade da recuperação da demanda. O consumo pessoal manteve-se elevado particularmente no terceiro trimestre quando o otimismo estava em crescimento. A diminuição do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI) para uma série de setores, como automobilístico, produtos eletrodomésticos e materiais para construção civil, como política governamental de reação à crise, encorajou esta ampliação do consumo que esteve grandemente associado ao aumento do volume e das condições de crédito pessoal.

Por outro lado, no último dia de novembro é efetuado o pagamento do 13º salário aos trabalhadores (cerca de 69,92 milhões de pessoas que possuem registro em carteira de trabalho), o que injetará R\$ 84,8 bilhões na economia do país neste final de ano. Mas no quarto trimestre do ano, o brasileiro está um pouco menos otimista em relação ao endividamento futuro, de acordo com o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor. Na comparação com o terceiro trimestre de 2009, houve queda de -1,65%. Já em relação ao mesmo período de 2008 a evolução foi de 3,28%.

No mercado de trabalho, os impactos foram positivos neste quarto trimestre para a queda da taxa de desocupação, que ficou em média em 7,5% em outubro, porém foi observada piora a qualidade das vagas. O número de trabalhadores com carteira assinada no mês foi menor do que o verificado no mesmo mês do ano anterior, com queda de 0,3%, o que abre espaço para aumento no número de trabalhadores por conta própria e dos empregados sem carteira, que estão próximos da informalidade. Os prejuízos que a crise mundial trouxeram ao país são expressivos. A crise mundial vai custar ao Brasil um recuo de 1% do PIB, conforme indica a variação acumulada do PIB nos quatro trimestres que sucederam à quebra do banco americano Lehman Brothers, em setembro de 2008.